

**Entre o reconhecimento normativo e a realidade prisional: a (in)efetividade dos direitos fundamentais da população LGBTQIA+ no sistema penitenciário brasileiro**

**Between Normative Recognition and Prison Reality: The (In)effectiveness of the Fundamental Rights of the LGBTQIA+ Population in the Brazilian Prison System**

**Entre el reconocimiento normativo y la realidad penitenciaria: la (in)efectividad de los derechos fundamentales de la población LGBTQIA+ en el sistema penitenciario brasileño**

---

Ana Carolina Lourenço de Barros<sup>1</sup>

**Desenvolvimento**

O sistema penitenciário brasileiro apresenta uma conjuntura de profunda crise, marcada pela precariedade estrutural, superlotação, violência e ausência de políticas públicas eficazes. Nesse contexto, a população LGBTQIA+ destaca-se como um dos grupos mais vulneráveis, em razão da lógica binária e cisheteronormativa que estrutura o sistema carcerário, perpetuando a invisibilidade e a desumanização desses indivíduos.

A Constituição Federal, em seu art. 1º, III, consagra a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, enquanto o art. 3º, parágrafo único, da Lei de Execução Penal assegura o princípio da igualdade também às pessoas privadas de liberdade. Entretanto, observa-se uma robusta fragilidade jurídica na efetivação desses dispositivos, revelando um distanciamento entre o plano normativo e a realidade das prisões brasileiras. Enquanto a legislação busca garantir direitos fundamentais a todos os indivíduos, a estrutura penitenciária

---

<sup>1</sup> Discente no Curso de Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida (campus Tijuca).  
Contato: [barrosana@id.uff.br](mailto:barrosana@id.uff.br).

brasileira, ao impor padrões de identidade de gênero e sexualidade, legítimas práticas de violência, abuso e exclusão, resultando em uma dupla penalização à população LGBTQIA+: a punição estatal e a marginalização cotidiana dentro do cárcere.

A análise proposta parte da premissa de que o simples alargamento das normas de proteção aos direitos fundamentais não é suficiente para assegurar sua efetividade. A ausência de políticas públicas específicas, somada à lógica cisheteronormativa que orienta a gestão penitenciária, contribui para a reprodução da seletividade penal e da transfobia institucional. Assim, torna-se indispensável uma abordagem multidisciplinar, que envolva o Direito Constitucional, o Direito Penal e Processual Penal, os Direitos Humanos e os Estudos de Gênero, a fim de compreender e enfrentar a vulnerabilidade dessa população.

A metodologia utilizada possui caráter qualitativo e exploratório, fundamentando-se em análise bibliográfica, documental e legislativa. O método de investigação adotado será dedutivo, partindo da análise normativa e principiológica para a verificação de sua aplicação prática nas unidades prisionais. Dessa forma, busca-se evidenciar as lacunas existentes entre a teoria jurídica e a realidade vivenciada pelos apenados LGBTQIA+, propondo medidas que tornem efetiva a proteção de seus direitos fundamentais.

## **Objetivos**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a crise na execução penal brasileira sob a ótica da vulnerabilidade da população LGBTQIA+, destacando a violação de direitos e garantias fundamentais e demonstrando a necessidade de

implementação de políticas públicas específicas que promovam a dignidade, o respeito e a proteção desse grupo dentro das unidades prisionais. Busca-se examinar o tratamento jurídico conferido à dignidade da pessoa humana e ao princípio da igualdade previstos na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal, especialmente no que se refere às pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade.

Pretende-se identificar as principais formas de violência, discriminação e violações de direitos enfrentadas por essa população, bem como analisar de que maneira a lógica cisheteronormativa e a transfobia estrutural contribuem para a marginalização e a dupla penalização desse grupo. Além disso, procura-se avaliar o distanciamento existente entre a ampliação normativa e sua efetividade prática no sistema prisional, propondo, ao final, medidas jurídicas e políticas públicas que estabeleçam mecanismos de proteção específicos, capazes de assegurar de forma efetiva a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais da população LGBTQIA+ encarcerada.

### **Considerações finais**

Diante da análise proposta, constata-se que a população LGBTQIA+ permanece em situação de extrema vulnerabilidade dentro do sistema penitenciário brasileiro. Apesar dos avanços legislativos e do reconhecimento constitucional da dignidade da pessoa humana e da igualdade, há um notório descompasso entre a norma e a prática. A lógica cisheteronormativa que estrutura o sistema prisional perpetua a exclusão, a violência e a invisibilidade dessa comunidade, configurando uma forma de dupla penalização e reforçando a seletividade penal.

Essa realidade exige não apenas o fortalecimento do aparato normativo, mas, principalmente, a implementação efetiva de políticas públicas que promovam o respeito à diversidade e assegurem a integridade física e psicológica das pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade. Conclui-se, portanto, que o reconhecimento formal de direitos é insuficiente para garantir a dignidade da pessoa humana. É imprescindível que o Estado adote medidas concretas e específicas voltadas à proteção dessa população, assegurando que o sistema penitenciário cumpra sua função constitucional e humanitária, em consonância com os princípios democráticos e os direitos humanos.

### Referências

BARCELOS, C. da S.; SILVA, J. G. R. da. (2024). A ausência de reconhecimento de identidades de gêneros no sistema penitenciário brasileiro. **REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL**, 5(2), 91–102.

MISSE, Michel. **O estigma do passivo sexual: Um símbolo de estigma no discurso cotidiano** (3a. edição aumentada). Rio de Janeiro: Booklink, 2005 [1979].

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; ANDRECIOLI, Sabrina Medina. Transfobia e a invisibilidade das pessoas transgêneras no sistema prisional brasileiro. **Revista Direito & Paz**, v.2, n.41, 2019.

---

Os(as) autores declararam que a presente contribuição é original, que não foi submetida a outro periódico e que não identificaram conflitos de interesse ao longo do processo de submissão, avaliação, edição e publicação.



*Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.*